

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

ATA NÚMERO VINTE E CINCO DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM, DO DIA UM DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E UM -----

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, na Sala de Reuniões da Sede da Freguesia de S. Francisco da Serra, compareceram o Senhor Álvaro dos Santos Beijinha, Presidente da Câmara Municipal, Maria Margarida da Costa Rosa Cardoso dos Santos, Vice-Presidente, Óscar Domingues Ramos, Luís Filipe dos Santos, Albano Joaquim Mestre Pereira, Francisco Maria Carrajola de Sousa e Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Vereadores, a fim de se efetuar a reunião ordinária da Câmara Municipal. -----

Como se achavam em número legal para se constituírem em reunião de Câmara, foi a mesma declarada aberta pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, às nove horas e trinta minutos-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PRESIDÊNCIA NAS FREGUESIAS – SÃO FRANCISCO DA SERRA-----

O Senhor Presidente agradeceu a presença do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco da Serra, bem como a cedência das instalações para a realização da reunião da Câmara Municipal. -----

Concedeu em seguida a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Hélder Pereira, o qual apresentou cumprimentos de boas vindas, tendo lamentado que a iniciativa não se tivesse realizado no ano passado, devido à pandemia, agradecendo a presença aos membros do Executivo na freguesia, desejando uma boa continuação dos trabalhos e que tudo corra bem aos membros do Executivo. -----

-----PANDEMIA – COVID-19 – PONTO DE SITUAÇÃO -----

O Senhor Presidente informou que ontem, dia trinta de junho, o Município de Santiago do Cacém estava com cinquenta e três casos ativos de COVID-19. Tendo acrescentado que diariamente tem falado com o Senhor Delegado de Saúde Dr. Toro, o qual lhe transmitiu que os novos casos têm surgido de cadeias já identificadas. -----

Mais referiu que os casos COVID-19 que surgiram no Município são praticamente todos na freguesia de Santo André, com a exceção de um caso na localidade das Relvas Verdes. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que a Presidente da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano lhe transmitiu que estão cinco doentes Covid-19, internados em enfermaria e um doente na unidade de cuidados intensivos, salientado que a situação, ao nível de ocupação de camas, não é grave, no entanto a tendência é para que haja um agravamento. -----

Mais referiu tendo em conta o aumento dos casos no Município, o executivo está a ponderar o cancelamento de alguns eventos que estavam programados. -----

Referiu ainda que também a iniciativa Férias Jovens irá ser cancelada, tendo em conta a situação atual e porque este ano, apesar de se ter reduzido o número de inscrições para cerca de metade, o número de inscritos foi muito baixo, não tendo completado metade das vagas.

O Senhor Vereador Jaime Cáceres referiu que só irão ser mantidas as iniciativas a realizar no Auditório Municipal António Cainho e as Piscinas Municipais irão continuar a funcionar. -----

-----VACINAÇÃO COVID -19 NO MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

O Senhor Presidente referiu que o processo de vacinação no Município está a avançar a bom ritmo, tendo salientado o facto de estar muito bem organizado. -----

REUNIÃO COM A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que no dia vinte e nove de junho, reuniu com a Senhora Catarina Filipe e o Senhor Pedro Ruas do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, os quais lhe transmitiram a existência de financiamento em PPR de cerca de seis milhões e meio de euros para projectos a realizar no Município de Santiago do Cacém. -----

Mais referiu que está previsto a construção do Centro de Saúde de Santiago do Cacém, no valor de cerca de 3,8 milhões de euros para construção e equipamento, requalificação do Centro de Saúde, atuais instalações, cerca de 200 mil euros, requalificação do Centro e Saúde de Vila Nova de Santo André cerca de 800 mil euros, requalificação do Centro de Saúde de Cercal do Alentejo cerca de 150 mil euros, e requalificação do centro de Saúde de São Domingos cerca de 100 mil euros, estando também prevista a aquisição de cerca de 16 viaturas. -----

O Senhor Presidente referiu ainda que segundo informação dada pela Administração ULSLA, o programa funcional para o novo Centro de Saúde de Santiago do Cacém está pronto e irá avançar para o projeto, também o Centro de Saúde de Vila Nova de Santo André irá avançar o projeto que será para todo o edifício, tendo em conta que já houve negociações com a Santa Casa da Misericórdia e o Centro de Dia que funciona naquele espaço irá sair, ficando todo o edifício para o Centro de Saúde.-----

Em relação aos Centros de Saúde de Cercal do Alentejo e São Domingos as obras também irão iniciar em breve, tendo em conta que o PPR é até 2025. -----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

Foi tomado conhecimento de que as disponibilidades de Tesouraria no dia 30 de junho de dois mil e vinte e um eram as seguintes:-----

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: 5.899.271,60€ (cinco milhões oitocentos e noventa e nove mil duzentos e setenta e um euros e sessenta centimos. -----

OPERAÇÕES DE TESOURARIA: 296.707.03€ (duzentos e noventa e seis mil setecentos e sete euros e três centimos). -----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES:**-----

ENTIDADE: COLONY INVESTMENTS LD.^a. -----

ASSUNTO: Aprovação dos Termos de Referência para Elaboração do Plano Pormenor de Campilhas (PPC) -----

LOCALIZAÇÃO: Campilhas –Cercal do Alentejo. -----

REFERÊNCIA: Processo n.º 27/2020/1 de 23/03/2020 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística e Informação n.º 15785 de 21/06/2021.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: 1-Aprovação **termos de referência** constantes no documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cento e dezasseis, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária Substituta da Reunião. -----

2-Qualificação do PPC para efeitos de **avaliação ambiental**. -----

3-Identificação das **entidades representativas dos interesses a ponderar (ERIP)** que devem emitir parecer no âmbito do acompanhamento a efetuar pela comissão consultiva na elaboração do PPC. -----

FUNDAMENTOS:1- Em 01/04/2021 foi deliberado pela câmara municipal, em reunião (proposta de agenda n.º 7577 de 29/03/2021) a elaboração do Plano Pormenor de Campilhas (PPC) apresentado pela equipa da DomusReHabita, tendo sido aprovada a minuta do contrato

de planeamento (artigo 79.º do RJIGT); o prazo de 760 dias seguidos para elaboração do plano (artigo 76.º n.º 1 do RJIGT); a fixação 15 dias úteis para participação pública preventiva (artigos 76.º n.º 1 e 88.º do RJIGT); pedido de acompanhamento da Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional Alentejo (CCDRA) e das entidades representativas dos interesses a ponderar (ERIP), através da emissão de pareceres, (artigo 86.º n.º 2 do RJIGT).-----

2- Os Termos de Referência que determinam o âmbito e objetivos do PPC foram agora concluídos pelo que, em complemento à deliberação da CMSC de 01/04/2021, devem agora ser aprovados pela câmara municipal para se concluir as formalidades atinentes à abertura do procedimento, através da publicação de aviso na 2.ª série do Diário da República, nos termos previstos no artigo 191.º n.º 4 c) do RJIGT, bem como da publicitação na página eletrónica do Município e boletim municipal, artigo 192.º n.º 2 do mesmo diploma, para recolha de sugestões, apresentação de informações ou quaisquer outras questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento. -----

3- Os Termos de Referência encontram-se detalhadamente descritos no documento em anexo, sendo que em síntese se propõe como regime e critérios de edificabilidade o seguinte: -----

a) O PPC abrange uma área territorial com 910,93 hectares (ha), de solos qualificados como rurais e categorizados como Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT);-----

b) criação de Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT) em conformidade com o previsto no PDMSC, encontrando-se sujeito às condições e parâmetros de referência aplicáveis a um NDT com Área Mínima de 200 ha (área de intervenção -0,2; índice máximo de utilização (aplicável à área de intervenção) - 0,1; capacidade mínima de 500 camas; número máximo de pisos - 3; área máxima de construção (para a área mínima) - 40 000 m2) -----

c) criação do Aglomerado Urbano da Tanganheira através da reclassificação do solo rústico para um aglomerado urbano de Nível III, cujas operações urbanísticas a desenvolver ficarão, em princípio, sujeitas aos seguintes parâmetros de edificabilidade: i) índice máximo de utilização do solo-0,45; ii) densidade máxima- 15 fogos/ha; iii) número máximo de pisos- 2; iv) altura máxima da edificação -7 m. -----

4- O Modelo de Ordenamento proposto nos Termos de Referência assenta resumidamente:----

a) num PP que visa estruturar o crescimento urbano com base numa gradação, que parte de um centro cívico com maior densidade de construção e diversidade de utilizações para uma periferia de grandes parcelas, onde a função habitacional se conjuga e complementa com uma atividade agrícola familiar de tempos livres aplicados também ao tratamento de uma paisagem de vilegiatura; -----

b) estruturação em seis zonas: expansão do núcleo originário do lugar da Tanganheira – a oeste da estrada nacional 120; expansão do núcleo originário do lugar da Tanganheira – a este da estrada nacional 120; cintura de montado de sobro; empreendimento Turístico – Eco-Resort; parcelas de dimensão média com uma componente agro-florestal, com edificação isolada - Villas; parcelas de grande dimensão com uma componente agro-florestal, com edificação isolada - Quintas. -----

5- A elaboração do PPC será sujeita a Avaliação Ambiental, nos termos do artigo 78.º, n.ºs 1 e 2 do RJIGT e artigos 3º n.ºs 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (RJAAPP), em conformidade com o descrito no documento dos “Termos de Referência” e na informação dos serviços em anexo. -----

6-Considera-se que as ERIP que devem pronunciar-se no âmbito da proposta de PPC são: Comissão de Coordenação Desenvolvimento Regional Alentejo (CCDRA); Direção-Geral do Território (DGT); Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL); Agência Portuguesa do Ambiente (APA/ARH Alentejo); Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR); Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG); Direção Regional de Cultura do Alentejo

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

(DRC Alentejo); Infraestruturas Portugal (IP); Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P (IMT); Redes Energéticas Nacionais(REN); E-Redes.-----

7-A área de intervenção do PPC encontra-se delimitada na planta em anexo -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Atualização da Conta Final e Cálculo da Revisão de Preços Definitivo-Revestimento duplo em caminhos do concelho.-----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo n.º 2019/300.10.001/14, de 25/06/2019, da Secção de Aprovisionamento e Património.-----

APRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal, Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: UM-Aprovar a atualização da conta final e cálculo de revisão de preços definitivo, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cento e dezassete, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária Substituta da Reunião, da empreitada de Execução de Revestimento Duplo em Caminhos do Concelho, de acordo com o seguinte quadro resumo: ---

Contrato: 396.512,88 € (IVA incluído)-----

Faturado: 396.512,88 € (IVA incluído)-----

Revisão de Preços Definitiva: -3.585,90 € (IVA incluído)-----

DOIS-Aprovar que seja informado o empreiteiro, que deve proceder ao pagamento do valor de -3.382,92€ acrescido de IVA, que totaliza o valor de **3.585,90€**(três mil, quinhentos, oitenta e cinco euros e noventa centavos), de acordo com a respetiva rubrica do P.P.I.: -----

Projeto n.º 2019/078 e objetivo 3.3.1.1.3.-----

FUNDAMENTOS: UM-A empreitada em referência foi adjudicada à empresa Construções J.J.R. & Filhos, S.A., por deliberação de Câmara de 12/09/2019.-----

Por deliberação de Câmara de 23/07/2020, foi aprovado o cálculo da revisão de preços provisório, perfazendo o valor negativo de -5.624,86€, acrescido de IVA. -----

Atendendo a que o empreiteiro não procedeu ao pagamento do valor obtido no cálculo da Revisão de preços provisório (-5.624,86€), não há lugar à devolução da diferença entre esse valor e o valor agora obtido com o cálculo da revisão de preços definitivo, o qual totalizou o valor de -3.585,90€ (IVA incluído), tendo sido também atualizada a conta final. -----

DOIS –Art.º 382º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto lei Nº 18/2008 de 29 de janeiro na redação atual e respetiva legislação complementar e cláusula 38ª do caderno de encargos.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente Álvaro Beijinha, da Senhora Vereadora Margarida Santos e dos Senhores Vereadores Albano Pereira E Jaime Cáceres, eleitos da CDU. -----

Três Abstenções, dos Senhores Vereadores Óscar Ramos e Francisco de Sousa eleitos do PS, e do Senhor Vereador Luis dos Santos eleito da Coligação Santiago do Cacém Mais. -----

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: “Loteamento Municipal do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo – Lote 5 da Expansão I e Lote nº 7 da Expansão II ”-----

LOCALIZAÇÃO: Cercal do Alentejo. -----

REFERÊNCIA: Processo nº 2018/300.10.003/20 de 21 de novembro, do Serviço de Aprovisionamento e Património da Divisão de Administração Geral e Financeira. -----

APRESENTANTE: Senhor Presidente.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

PROPOSTA: UM – Aprovar a anulação da atribuição à empresa Cercal Constroi, Unipessoal Lda, do lote 7 da Exp. II, do Parque Empresarial do Cercal do Alentejo, aprovada por deliberação camarária de 06/12/2018, e a que se refere o Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado em 31 de janeiro/2019.-----

DOIS – Aprovar a atribuição e venda à mesma empresa, do lote 5 da Exp. I do PECA, o qual está registado sob o artigo matricial urbano nº 3910º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob nº 1934/20080827, com a área de 1.100,00m², pelo preço de 12,62€/m², perfazendo o valor total de 13.882,00€. -----
O pagamento deverá ser feito de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém, a saber 30% a que corresponde o valor de 4.164,60€, com a assinatura do Contrato Promessa de Compra e Venda e o remanescente correspondente a 70% no valor de 9.717,40€, no ato da outorga da escritura de Compra e Venda.-----

Por se tratar de uma troca de lotes, e a empresa já ter pago o valor de 3.748,14€, o remanescente do valor a pagar com a outorga do novo Contrato, deverá cifrar-se em 416,46€ que corresponde à diferença do valor dos 30% sobre o valor total do lote. -----

TRÊS–Aprovar a atribuição e venda do lote 7 da Exp. II, à empresa Glopel Portugal – Comércio e Industria Lda., já detentora dos lotes 6 e 9 da Exp. II, por ser fundamental ao desenvolvimento e expansão da atividade.-----

QUATRO -O lote 7 da Exp. II do PECA, está registado sob o artigo predial urbano nº 3923º e descrito na Conservatória do Registo Civil Predial Comercial e Automóvel de Santiago do Cacém sob nº 1947/20080827, tem uma área de 990,00m² e terá o preço de 12,62€/m², perfazendo o valor de 12.493,80€. -----

A empresa deverá proceder ao pagamento de acordo com as condições previstas no Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém, a saber 30% a que corresponde o valor de 3.748,14€, aquando da assinatura do Contrato Promessa de Compra e Venda e o remanescente correspondente a 70% no valor de 8.745,66€, no ato da outorga da escritura de Compra e Venda. -----

FUNDAMENTOS: UM–De acordo com o requerido pelos interessados. -----

DOIS–De acordo com a alínea g) do nº 1 do Artigo 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

TRÊS -De acordo com o Regulamento Municipal de Gestão de Parques Empresariais de Santiago do Cacém. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: MUNICIPIO DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Prolongamento do Abastecimento de Água à zona da Saramaga -Freguesia de São Francisco da Serra-----

LOCALIZAÇÃO: Freguesia de São Francisco da Serra -----

REFERÊNCIA: Processo n.º 2019/950.20.001/165 do Gabinete de Apoio à Presidência -----

PRESENTANTE: Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro Beijinha.-----

PROPOSTA: Aprovar a minuta de protocolo de colaboração a estabelecer entre o Município de Santiago do Cacém, a Freguesia de São Francisco da Serra e os moradores/proprietários dos Prédios da Zona da Saramaga, na Freguesia de São Francisco da Serra para o prolongamento do Abastecimento de água, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cento e dezoito, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária Substituta da Reunião.-----

FUNDAMENTOS: De Facto: 1. Considerando o interesse dos moradores/proprietários na ligação à rede pública de águas; -----

2. Considerando que as duas Autarquias, Câmara Municipal e Junta de Freguesia acordaram a execução da totalidade desta intervenção; -----

3. Considerando que os moradores/proprietários assumiram a comparticipação financeira desta obra, assumindo o pagamento de 500€ (quinhentos euros) por cada um dos moradores/proprietários. -----

De Direito: 1. Nos termos do art.º 36 do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água de Santiago do Cacém, para os prédios situados fora do perímetro urbano definido pelo PDM, onde o sistema público de distribuição de água não se encontra disponível, pode o Município de Santiago do Cacém viabilizar as referidas ligações desde que os interessados assumam os encargos inerentes à sua execução; -----

2. Nos termos do n.º 1 do art.º 23 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações em articulação com as freguesias; -----

3. Compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras de interesse para o Município bem como a defesa dos cidadãos, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º da já referida Lei; -----

4. Nos termos da alínea qq) do n.º 1 do Regime Jurídico, compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO – PLATAFORMA CASA PRONTA -----

ASSUNTO: Direito de Preferência sobre a transmissão onerosa de imóvel sito em Área de Reabilitação Urbana. -----

LOCALIZAÇÃO: Fração “B” destinada a habitação, sita na Rua Duque de Terceira, n.º 24-26, em Alvalade. -----

REFERÊNCIA: Documento de Entrada n.º 17291 de 15/06/2021 - Processo 2021/300.10.009/66, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

PROPOSTA: Que seja deliberado o não exercício do direito de preferência sobre a transmissão onerosa do imóvel localizado em Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Alvalade, correspondente à habitação designada por fração autónoma “B” localizada na Rua Duque de Terceira, n.º 24-26, em Alvalade, freguesia de Alvalade, prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 1183 com o valor de transação de 70.000,00 € (setenta mil euros). -----

FUNDAMENTOS: 1- De acordo com o artigo 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (aprovado pelo Decreto-lei 307/2009 de 23/10, na sua atual redação), o Município de Santiago do Cacém (MSC) tem direito de preferência nas transmissões a título oneroso de terrenos ou edifícios situados em Área de Reabilitação Urbana (ARU), devendo o pedido ser submetido a deliberação de Câmara Municipal. -----

2- O direito de preferência visa possibilitar que o Município manifeste o interesse na aquisição de imóveis, para reabilitação e renovação do edificado, em áreas de relevante interesse municipal. -----

3- Não obstante esta prerrogativa legal, o MSC não tem exercido os direitos de preferência, deixando que os particulares concretizem as transmissões dos imóveis, bem como a realização

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

da reabilitação do edificado, concedendo-lhes no âmbito da respetiva ARU, apoios fiscais e financeiros como estímulo à reabilitação urbana. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO – PLATAFORMA CASA PRONTA -----

ASSUNTO: Direito de Preferência sobre a transmissão onerosa de imóvel sito em Área de Reabilitação Urbana. -----

LOCALIZAÇÃO: Fração autónoma “L” correspondente a habitação, sito na Praceta da Casinha do Peixe, Bloco 11B, n.º 2, r/c, em Vila Nova de Santo André, da freguesia de Santo André. -----

REFERÊNCIA: Documento de Entrada n.º 17880 de 21/06/2021 - Processo 2021/300.10.009/67 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística. -----

APRESENTANTE: Senhora Vereadora Margarida Santos. -----

PROPOSTA: Que seja deliberado o não exercício do direito de preferência sobre a transmissão onerosa do imóvel localizado em Área de Reabilitação Urbana do Centro Urbano de Vila Nova de Santo André, correspondente à habitação designada por fração autónoma “L” localizada na Praceta da Casinha do Peixe, Bloco 11B, n.º 2, r/c (Bairro Pôr do Sol) em Vila Nova de Santo André, freguesia de Santo André, prédio urbano inscrito na matriz sob o artigo 3856 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 1889/19930204, com o valor de transação de 142.000,00€ (cento e quarenta e dois mil euros). -----

FUNDAMENTOS: 1- De acordo com o artigo 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (aprovado pelo Decreto lei 307/2009 de 23/10, na sua atual redação), o Município de Santiago do Cacém (MSC) tem direito de preferência nas transmissões a título oneroso de terrenos ou edifícios situados em Área de Reabilitação Urbana (ARU), devendo o pedido ser submetido a deliberação de Câmara Municipal. -----

2- O direito de preferência visa possibilitar que o Município manifeste o interesse na aquisição de imóveis, para reabilitação e renovação do edificado, em áreas de relevante interesse municipal. -----

3- Não obstante esta prerrogativa legal, o MSC não tem exercido os direitos de preferência, deixando que os particulares concretizem as transmissões dos imóveis, bem como a realização da reabilitação do edificado, concedendo-lhes no âmbito da respetiva ARU, apoios fiscais e financeiros como estímulo à reabilitação urbana. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Apresentação de proposta de prestação de serviços analíticos ao Cliente Externo SEAR, Sociedade Europeia de Arroz SEARS.A. -----

LOCALIZAÇÃO: Município de Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: 2021/300.10.005/172 da DSIQ -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Albano Pereira. -----

PROPOSTA: Aprovar a proposta de serviços analíticos aos parâmetros assinalados com** na Proposta de Orçamento N.º 1000803 (anexo 1da Informação n.º I-12700), ao Cliente Externo SEAR-Sociedade Europeia de Arroz SEAR S.A., no valor de trezentos e trinta e três euros e trinta e três cêntimos (IVA à taxa legal em vigor já incluído), que corresponde ao custo de aquisição de serviços de amostragem e análises ao Laboratório externo acreditado –LPQ (Laboratório Pro-Qualidade). -----

FUNDAMENTOS: 1. Rentabilizar os meios humanos e materiais do Laboratório de Águas;--

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

2. Em conformidade com a alínea e) do nº 1 do artigo 33º do regime jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Adesão à Zona de Intervenção Florestal de Santiago do Cacém e Sines -----

LOCALIZAÇÃO: Freguesia de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra do Concelho de Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo nº 2018/900.20.604/431 da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador do pelouro Albano Pereira. -----

PROPOSTA: Adesão à Zona de Intervenção Florestal de Santiago do Cacém e Sines -----

FUNDAMENTOS: Facto: As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) foi o tipo de organização territorial encontrada de forma a proporcionar uma intervenção mais alargada, sendo que tem vários benefícios para os proprietários florestais e as propriedades que forem de titulares, nomeadamente, os territórios em área ZIF ficam dotados de Plano de Gestão Florestal, situação que é obrigatória no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo. -----
Ser aderente de ZIF é cada vez mais vital para o equilíbrio económico da gestão, é muito importante no que toca ao recurso a fundos da União Europeia, uma vez que, as candidaturas de âmbito florestal que estejam inseridas em áreas ZIF, são majoradas em termos de pontuação. -----

Direito: Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 67/2017, de 12 de junho. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: AMAC -Valor dos ingressos para o espetáculo de flamenco -David Pérez y su Cuadro Flamenco -3 julho 2021 -----

LOCALIZAÇÃO: Auditório Municipal António Chainho, Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: 2021/900.10.001.01/2, 08/06/2021, DCD-----

APRESENTANTE: Senhor Vereador Jaime Cáceres. -----

PROPOSTA: Aprovar o valor único dos ingressos de 5€ para o espetáculo de flamenco - David Pérez y su Cuadro Flamenco -3 julho 2021 -----

FUNDAMENTOS: Potenciar a valência do espaço nestes domínios. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM -----

ASSUNTO: Oferta de peças etnográficas ao Museu Municipal de Santiago do Cacém -----

LOCALIZAÇÃO: Santiago do Cacém -----

REFERÊNCIA: Processo nº 2021/300.10.004/4 da Divisão de Cultura e Desporto -----

APRESENTANTE: Senhor Vereador do Pelouro da Cultura -----

PROPOSTA: Aceitar e agradecer a oferta de peças etnográficas ao Museu Municipal que constam na informação nº 13582 de 29/05/2021 aos munícipes Guiomar Camacho Raio e Francisco Raio, documento que é dado como reproduzido na presente Ata, com o número cento e dezanove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de atas, depois de rubricado pelo Senhor Presidente e pela Senhora Secretária Substituta da Reunião. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

FUNDAMENTOS: Em conformidade com o nº 3da informação com o disposto da alínea j) do nº1 do artigo 33 do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº75/2013 de 12 de Setembro. -----

DELIBERAÇÃO: Aprovar -----

FORMA: Por unanimidade -----

IMPRENSA - Tomado conhecimento. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, em Minuta, cada uma das deliberações constantes desta Ata, nos termos e para os efeitos do artigo cinquenta e sete, números um a quatro do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

E não havendo mais assuntos a tratar foi, pelo Senhor Presidente, declarada encerrada a reunião pelas dez horas e vinte e seis minutos.-----

Desta Reunião se lavrou a presente Ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Álvaro dos Santos Beijinha, e por mim, Maria Helena Gonçalves Gamito Silvestre Lourenço, Técnica Superior na Divisão de Administração Geral e Financeira, exercendo as funções de Secretária Substituta.-----

O Presidente da Câmara Municipal

A Secretário Substituta da Reunião
